

Ações Públicas em Caxambu:

1. **Processo nº 1000021-80.2018.4.01.3809** - 1ª Vara Federal/Subseção Judiciária de Varginha (Justiça Federal)

Objeto: Ação Civil Pública de autoria da ONG's Nova Cambuquira e outras, questionando a respeito da licitação pública que visou à seleção de parceiro privado para a constituição de SCP destinada à exploração do negócio de águas minerais em Caxambu e Cambuquira. Ação que envolve tanto a Unidade de Envase de Cambuquira quanto a de Caxambu.

2. **Processo nº 0022530-64.2012.8.13.0155** – Vara Única/Comarca de Caxambu (Justiça Estadual)

Objeto: Ação Civil Pública de autoria do Ministério Público Estadual, cujo cerne é obrigação de não fazer, referente a não execução do projeto de desassoreamento do lago do Parque das Águas de Caxambu, até apresentação de projeto alternativo, balizado em Estudo de Impacto Ambiental EIA/RIMA.

3. **Processo nº 0022962-78.2015.8.13.0155** - Vara Única/Comarca de Caxambu (Justiça Estadual)

Objeto: Ação Civil Pública de autoria do Ministério Público Estadual, cujo cerne são obrigações de fazer e não fazer referentes ao Parque das Águas de Caxambu: a) restauro da estátua da Ninfa e do espelho d'água, do vasos estilo greco-romano e do lustre da fonte Dona Leopoldina; b) remover a interferência negativa na casa da bomba, realizando outra cobertura para entronamento da beata Nhá Chica; c) não realizar qualquer outra intervenção sem autorização do IEPHA/MG), em razão dos atos praticados pelo Município enquanto gestor do Parque à época.

4. **Processo nº 0028312-76.2017.8.13.0155** – Vara Única/Comarca de Caxambu (Justiça Estadual)

Objeto: Ação de Indenização por Danos Materiais movida pela Codemig contra o Município de Caxambu, em razão do estado de má conservação do Parque das Águas deixado durante a sua administração e posse.

5. **Processo nº 0014864-02.2018.8.13.0155** - Vara Única/Comarca de Caxambu (Justiça Estadual)

Objeto: Ação de Anulação do Pregão Presencial nº 07/2017 movida por Mário Luiz Alves, que visou à seleção de parceiro privado para a constituição de SCP destinada à exploração de negócio de águas minerais em Caxambu e Cambuquira.

6. **Processo nº 5001718-34.2020.8.13.0607** – Vara Única/Comarca de Santos Dumont (Justiça Estadual)

Objeto: Cuida-se de ação ajuizada pelos Srs. Eder Henrique Cardoso e Fernanda Barros Cardoso, fundada no Código de Defesa do Consumidor, por meio da qual buscam indenização por danos materiais e morais, em razão de suposta frustração por terem encontrado, em outubro 2019, o Balneário e outros serviços do Parque das Águas de Caxambu sem funcionamento, em situação diversa da retratada no site \"Descubra

Caxambu\", mantido pelo Município de Caxambu e por sociedades empresárias privadas, sem a participação da Companhia.